FOTO: DIVULGAÇÃO

OBRA CONTEMPLOU UMA SÉRIE DE MELHORIAS ESTRUTURAIS

MAIS DE R$ 3 MILHÕES

CENTRO MUNICIPAL ESPECIAL ISOLDI STORCK SERÁ INAUGURADO NESTE MÊS APÓS AMPLA REFORMA

FABÍOLA TORMES / REDAÇÃO DS

O Centro Municipal de Educação Especial Professora Isoldi Storck, localizado no Jardim Santa Lúcia, será entregue oficialmente à comunidade no próximo dia 29 de julho. A revitalização da unidade, iniciada em agosto de 2024, representa um dos maiores investimentos recentes do município na educação especial, com aporte superior a R$ 3 milhões destinados à reforma e ampliação do espaço.

A unidade tem como missão promover o desenvolvimento cognitivo, humano e social de pessoas cegas e surdas, oferecendo atendimento especializado que contribui para a autonomia, inclusão e exercício da cidadania.

A obra contemplou uma série de melhorias estruturais voltadas à acessibilidade e ao atendimento dos estudantes. Entre as intervenções estão a adequação arquitetônica de todos os ambientes, construção e adaptação de salas de aula, banheiros acessíveis, implantação de sinalização adequada, além de áreas de recreação inclusivas e outras melhorias que garantem mais conforto, segurança e funcionalidade para alunos, professores e demais profissionais da instituição.

> ***OBRA TÃO IMPORTANTE, QUE VAI TRAZER OPORTUNIDADE PARA OS NOSSOS ALUNOS***

Em entrevista ao Diário da Serra, o prefeito Vander Masson destacou que a entrega da unidade reforça o compromisso da administração municipal com a educação especial e com a valorização dos servidores que atuam no Centro de Ensino. “E fica aqui o convite para toda a sociedade, a imprensa, para estarmos juntos na inauguração daquela obra tão importante, que vai trazer oportunidade para os nossos alunos, que vão ter mais espaços, salas mais preparadas, mais adequadas para atender uma demanda existente, e mais condições para que a nossa equipe também, muito importante dizer, da Educação Especial, que possam trabalhar em condições melhores e assim dar o melhor de si e a gente ofertar um melhor ensino, uma melhor atenção para os nossos alunos que precisam da Escola Isoldi Storck”.

A solenidade de inauguração será realizada às 15h30 do dia 29 de julho, reunindo autoridades, profissionais da educação, familiares dos estudantes e a comunidade.

FOTO: DIVULGAÇÃO

INTEGRARÁ O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação política passa a integrar currículo escolar brasileiro

PAÍS *terá ainda a Semana Nacional da Ética e da Cidadania*

AGÊNCIA BRASIL

A Presidência da República sancionou duas leis voltadas ao fortalecimento da formação cidadã no país. Publicadas na última terça-feira, 14, as normas incluem a educação política e os direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica e criam a Semana Nacional da Ética e da Cidadania.

A Lei nº 15.468/2026 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatória a abordagem de educação política e direitos da cidadania nas escolas. O tema passará a integrar o currículo da educação básica no âmbito dos estudos relacionados à realidade social e política brasileira.

Com a mudança, a legislação passa a prever expressamente que os estudantes tenham acesso a conteúdos voltados à compreensão da organização da sociedade, do exercício da cidadania e da participação democrática.

Semana nacional - Também foi sancionada a Lei nº 15.467/2026, que institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania. As ações relacionadas ao tema ocorrerão anualmente na primeira semana de maio em todo o território nacional.

Segundo a norma, órgãos públicos, instituições de ensino, entidades representativas e organizações da sociedade civil poderão promover atos que estimulem valores éticos e morais, fortaleçam o exercício da cidadania e incentivem iniciativas de combate à corrupção.

> ***COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA***

Educação financeira - A inclusão da educação financeira como tema no currículo dos ensinos fundamental e médio foi aprovada nesta semana no plenário do Senado Federal.

Pela proposta, a educação financeira, que já faz parte da Base Nacional Comum Curricular desde 2017, está agora prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando sua aplicação mais obrigatória.

Por ter sido modificado no Senado, o texto agora voltará à Câmara para última análise.